

Os primeiros sessenta dias do novo governo em Minas Gerais

As contas públicas do estado

Poucos dias antes do encerramento de seu mandato, o ex-governador Alberto Pinto Coelho (PP) deu uma entrevista coletiva na qual fez um balanço das contas de Minas Gerais. Afirmou que o Estado fecharia 2014 com um saldo positivo de R\$ 200 milhões, não obstante a arrecadação tivesse sido R\$ 2,1 bilhões menor do que os R\$ 75 bilhões previstos. Ainda segundo o ex-governador, já estaria então garantido o pagamento do salário de dezembro aos servidores.

No entanto, nos primeiros dias de janeiro, o novo secretário de planejamento e gestão, Helvécio Magalhães (PT), declarou que esse pagamento não estava assegurado, pois, de um total de R\$ 2,2 bilhões a serem pagos, faltavam R\$ 1,3 bilhão. Uma breve nota foi divulgada pela Subsecretaria de Comunicação indicando que todos os esforços estavam sendo feitos para que se realizasse o pagamento de salários na data prevista.

Chegou a ser noticiado na mídia local que a Lei de Responsabilidade Fiscal teria sido cumprida pelo governo anterior por meio de uma manobra contábil. Impostos devidos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) teriam sido pagos adiantado. Naquela ocasião, dizia-se ser desconhecido o número de meses cujo pagamento fora antecipado. Sendo verdadeira, essa afirmação significaria que, nos meses seguintes, essa receita não estaria disponível, ou seja, o rombo de dezembro teria sido sanado, mas o problema reapareceria meses à frente.

Outra nota foi publicada. Os autores, desta vez, foram os secretários de Planejamento e da Fazenda da gestão anterior. Apresentaram documentos que – segundo eles – confirmavam a existência de R\$ 3,98 bilhões em caixa no dia 31 de dezembro de 2014 remanescentes. Boa parte desse dinheiro seria de livre utilização e o novo governo poderia pagar os salários com ele.

De ambos os lados, restaram insinuações e acusações de que os adversários estariam mentindo. Por fim, o governo veio a público para dizer que, para quitar os salários de dezembro, se utilizaria dos recursos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cuja receita maior ocorre em janeiro e que, por estimativa, devia fornecer cerca de R\$ 3,8 bilhões ao Estado. Observa-se que o IPVA é um imposto com um destino específico e que seu uso para pagamento de salários constitui um desvio da função para a qual é arrecadado.

A oposição afirma que toda essa polêmica é uma estratégia de marketing do governo do Partido dos Trabalhadores. Teria o objetivo de criar um clima de insegurança na opinião pública para que depois o governo aparecesse com a solução que – assim dizem os opositores – já estaria ao alcance das mãos dos novos governantes. O governo estaria buscando formar uma imagem positiva de si mesmo, lançando suspeitas sobre a gestão anterior.

Por sua vez, os petistas acusam seus antecessores de não terem repassado todas as informações sobre as contas do Estado du-

rante a transição. Reclamam também de que as cifras informadas não eram exatas. Nas declarações públicas, governador, secretários e parlamentares aliados mostravam-se alarmados com a situação que encontraram.

Esse episódio é uma amostra do clima tenso que marcou esses primeiros meses de 2015. A falta de recursos do Estado foi uma das principais questões discutidas nesse período.

Um dos primeiros atos do novo governo, anunciado já na posse de Fernando Pimentel (PT), foi a criação de um grupo técnico de trabalho que em noventa dias a partir da posse, deve esclarecer a situação econômica e fiscal do Estado. Segundo o discurso do governador, tal balanço teria o objetivo de deixar claras as condições em que está assumindo as finanças do Estado além de outros aspectos econômicos, sociais e de desenvolvimento humano. Com essa providência, o novo governador está demarcando as condições nas quais sua gestão está começando.

No início do mês de março, uma notícia foi veiculada na imprensa local informando que a auditoria já teria revelado o desaparecimento de mais de R\$ 1 bilhão das contas públicas. Trata-se de dívidas ainda em aberto que teriam sido assumidas pelo governo anterior e que não estão na previsão orçamentária.

Segundo o jornal que divulgou a informação, o estado teria assumido o compromisso de pagar R\$ 1,15 bilhão referentes a obras, serviços e materiais e depois teria suspenso a ordem de pagamento. Teriam sido canceladas despesas do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), do Departamento de Estado de Obras Públicas (DEOP) e nas áreas de saúde e de segurança pública.

Paira a suspeita ainda por esclarecer se o cancelamento desses pagamentos e a eliminação delas na previsão orçamentária teria sido uma manipulação contábil do governo passado para forçar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O novo governo de-

ve verificar os cancelamentos com vistas a detectar se a despesa existe realmente e a conceber um modo de quitá-las.

Enquanto todas essas questões são esclarecidas, a primeira tarefa dada aos secretários de estado no início do mandato foi a de conhecer a casa e a herança recebida. Só então novos programas serão criados e, apenas se possível, far-se-ão investimentos.

A palavra de ordem tem sido economizar. Desde o período pós-eleitoral do ano passado, a bancada petista na Assembleia e seus aliados procuraram impedir a votação de projetos que criassem novas despesas. Isso inclui a retirada do reajuste salarial de 4,62% que deveria ser aplicado linearmente a todos os servidores públicos.

Outras medidas foram tomadas pelo Executivo no início de 2015 que produzem alguma economia. Como costuma acontecer nas trocas de governo, foram exonerados dezenas de servidores comissionados; gratificações foram cortadas e quinze projetos do governo anterior foram retirados da pauta da Assembleia Legislativa. Além disso, deve ocorrer uma redução de 20% a 30% dos cargos de confiança. Após a auditoria que já está em andamento, esperam-se ainda novos cortes.

Uma importante negociação começou a ser estabelecida com os sindicatos dos profissionais que atuam na rede pública estadual de educação. Em campanha, Pimentel se comprometeu a pagar o piso salarial nacional da categoria, atualmente fixado em R\$ 1.917,78. No entanto, a proposta feita agora pela Secretaria de Educação é de que, em troca do pagamento do piso, a jornada de trabalho passe, das atuais 24, para 40 horas semanais, seguindo a referência do próprio piso nacional. A reivindicação apresentada pelos sindicalistas é de que se mantenha a jornada tal como está e que o benefício não fique restrito apenas ao magistério, mas se estenda aos aposentados e a todos os setores da educação. Em um ato publicado no

Diário Oficial, o governador criou uma comissão que, em noventa dias, deve apresentar os resultados de um estudo referente à remuneração dos servidores desse setor. Já há, contudo, sinais de insatisfação no movimento sindical que vê na exigência de aumento de jornada um descumprimento da promessa de campanha.

Decorridos mais de dois meses do mandato, parece já estar suficientemente claro que a situação encontrada é complexa e talvez até mais difícil do que se supunha durante a campanha no ano passado. Muitas dificuldades devem ser encontradas para que se cumpram os compromissos firmados no período eleitoral. De certa forma, a auditoria interna deve prover argumentos para Pimentel justificar, daqui a quatro anos, se estiver disputando a reeleição ou outro cargo, o eventual não cumprimento de promessas de campanha.

Diversos movimentos sociais e centrais sindicais conclamaram a população para to-

mar as ruas no dia 13 de março contra a restrição de direitos que faz parte do pacote de medidas econômicas conduzido pelo governo Dilma. Os organizadores desse “dia nacional de lutas” pretendem fazer manifestações em defesa da Petrobrás e da democracia e em favor da reforma política.

Em Minas Gerais, além desse evento nacional, o dia 31 de março, quando se encerram os primeiros noventa dias do mandato de Pimentel, deve ser marcado como o “dia estadual de lutas”. Os movimentos sociais pretendem se manifestar contra o que eles têm percebido como uma inatividade do novo governo. Pretendem organizar marchas partindo de diversos pontos da Capital em direção à Cidade Administrativa, marcando o fim dos primeiros noventa dias de governo.

Atividades como essa demonstram um clima de frustração que parece estar existindo depois da expectativa que a primeira eleição de um governador petista no estado gerou.

Governo novo começa sem orçamento aprovado

Ainda que por razões distintas, à semelhança do que ocorre no plano nacional, também Minas Gerais instalou o governo sem ter um orçamento aprovado pelo Poder Legislativo. Até obter essa aprovação, as contas estão sendo gerenciadas por meio de duodécimos. Isso significa que o dinheiro é liberado para o pagamento das despesas do mês levando-se em conta o valor do orçamento do ano anterior. Tal valor é dividido por doze meses para definir quanto se pode gastar em cada mês.

Pode haver vantagens e desvantagens nessa situação. Uma perda importante é o fato de o estado ficar impedido de fazer investimentos, pois o dinheiro disponível serve apenas ao custeio da máquina pública e dos serviços essenciais como saúde, educação,

segurança entre outros. Por outro lado, essa pode ser vista também como uma forma de se alcançar maior controle sobre os gastos. Dinheiro não gasto é dinheiro poupado. Num cenário de contenção de despesas, isso pode ter um lado positivo do ponto de vista de quem gerencia as contas.

Com essa medida, também os Poderes Legislativo e Judiciário devem manter os gastos sob controle. Não haveria outra forma de Fernando Pimentel exigir tal atitude, já que não tem poder sobre órgãos como o Tribunal de Contas ou o Tribunal de Justiça. A inexistência de um orçamento aprovado pelo Legislativo acaba produzindo uma economia nesses setores da máquina pública.

Algumas razões levaram o Executivo a recusar inicialmente a versão que tramita na

Assembleia desde o ano passado, enviada por seu antecessor. Segundo o novo governo, no orçamento tal como estava para ser votado as receitas teriam sido superestimadas e as despesas, subestimadas. O resultado seria uma discrepância de R\$ 6 bilhões.

Desde o início, havia defensores de que fosse votada a proposta tal como já se encontra no Legislativo. Tratar-se-ia apenas de uma previsão que poderia ser alterada depois pelo Executivo. Contra esse argumento, o governo tem dito que o orçamento público não pode ser tratado como uma peça de ficção; ele deveria estar em consonância com o real. Isso significaria ter, primeiramente, uma estimativa tão precisa quanto possível dos custos e o dimensionamento das receitas com que se conta para cobri-los.

Outra questão diz respeito ao nível de endividamento do Estado. O governo diz que os números disponíveis oscilam. Por essa razão, os considera como não totalmente confiáveis.

O palco mais importante desse debate é o Parlamento. No início de março, em meio a longas controvérsias jurídicas, o governo negociou com as lideranças dos blocos políticos na Assembleia as condições de alteração da proposta orçamentária, tal como discutido nas seções abaixo.

Contudo, é unânime a constatação de que, mesmo se o orçamento for modificado e aprovado, a situação financeira do Estado é grave e Pimentel terá um primeiro ano de mandato bastante difícil. A arrecadação poderá ser suficiente apenas para o pagamento dos servidores e a manutenção da máquina estatal. Já endividado, a busca de empréstimos adicionais é uma saída bastante limitada.

Além do mais, muitas são as incógnitas em relação às propostas orçamentárias enviadas à Assembleia pelo Governador Pimentel. Não se sabe quais cortes serão feitos ou que remanejamentos de despesas estão sendo pensados. Tampouco está claro se o reajuste dos

servidores e o pagamento do piso nacional aos professores estão incluídos. O fato é que não é grande a margem de manobra à disposição do governador que deve respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A esperança que resta para que Pimentel inicie seu projeto de governo e atenda às expectativas que acompanharam sua eleição depende em grande medida do Governo Federal. Este, por sua vez, passa por um ajuste fiscal rigoroso, com corte de gastos e de investimentos, ditados pela nova equipe econômica. Abalado pelas investigações na Petrobrás e pelas relações problemáticas com sua própria base aliada; assolado pelas crises hídrica e energética; constrangido pelo dilema de escolher entre a volta da inflação e a volta do crescimento econômico, o Governo Federal tem, neste momento, seus próprios problemas emergenciais.

Adequadas a uma conjuntura econômica diversa daquela que foi considerada na elaboração do anterior, segundo o discurso oficial, as mudanças orçamentárias serão traçadas num contexto de baixo crescimento econômico. As contas estariam sendo refeitas; a arrecadação e as despesas estariam sendo recalculadas.

Para o governo, tudo isso significou, na prática, uma revisão das prioridades tendo em vista as promessas de campanha. Além daquelas já mencionadas acima, há o compromisso de melhorar as condições de trabalho da Polícia Civil, bem como de ampliar o efetivo da Polícia Militar. Essas e várias outras realizações passam a depender agora desse rearranjo orçamentário.

Em março, dois grandes embates estão acontecendo na Assembleia. Primeiramente, a aprovação da reforma administrativa que, por tramitar em regime de urgência, passou a trancar a pauta já nos primeiros dias do mês. Isso quer dizer que nenhum projeto pode ser votado antes que se delibere sobre essa reforma. Em seguida, deve entrar em discussão o orçamento.

Até lá, já terá havido uma economia que o governo estima em 20%, pois os gastos estão limitados à simples manutenção dos serviços. Segundo notícias publicadas na imprensa, a

Reforma administrativa

O governador Fernando Pimentel enviou à Assembleia Legislativa ainda em janeiro a proposta de reforma administrativa pela qual se criam três secretarias: Recursos Humanos, Direitos Humanos, e Desenvolvimento Agrário. Uma quarta secretaria – a de Esportes – será desmembrada da atual Secretaria do Turismo. De acordo com essa proposta, perderiam *status* de secretaria a Ouvidoria Geral e a Representação do Estado em Brasília. A Ouvidoria passaria a fazer parte da Secretaria de Direitos Humanos. A Representação do Estado será um órgão da Secretaria de Governo. Além disso, extingue-se o denominado Escritório de Prioridades. O projeto deve ser votado em março.

Os secretários de governo assumiram as pastas já existentes, excetuando-se aqueles cujas pastas dependem da reforma administrativa. Aqueles que são parlamentares tomaram posse apenas em fevereiro, juntamente com o início da nova legislatura. Os

Composições políticas para formar o governo

Os meses de janeiro e fevereiro foram marcados também por intensas negociações para atrair apoio ao novo governo. Esse esforço, que já se havia iniciado após a vitória do candidato petista, em outubro de 2014, se concentrou agora, em começo de mandato.

Como é regra geral na fisiológica política brasileira, o preço do apoio é frequentemente pago em secretarias e cargos. Na distribuição de secretarias, doze ficaram com o PT, partido do governador; seis são controladas pelo PMDB. Uma foi atribuída ao PC do B, outra ao PR e a última ao PRB.

comissão do orçamento tem a expectativa de que os números para 2015 sejam menores do que os de 2014.

demais, cujas pastas serão criadas ou modificadas, devem aguardar a aprovação da reforma administrativa pelos deputados. É esperado que a posse deles ocorra ao longo do mês de março.

A oposição fez críticas ao projeto de reforma por, supostamente, ter havido um aumento de 18 para 21 secretarias de Estado. O contra-argumento apresentado pelo governo é de que, no cômputo final, não houve aumento na estrutura porque havia antes dez órgãos autônomos com *status* de secretaria e eles foram reduzidos a sete pela reforma. Portanto, havia 28 secretarias ou órgãos equivalentes no governo anterior. Feitas todas as mudanças, esse total permanece inalterado na proposta do governo petista.

A tramitação dessa reforma administrativa gerou uma intensa polêmica na Assembleia Legislativa entre o final de fevereiro e o início de março. Esse tema será abordado abaixo.

Presidência e diretorias nas empresas estatais também são moeda de troca importante nesse jogo. Na verdade, as secretarias são até menos atraentes do ponto de vista salarial do que a participação em conselhos de estatais como a Cemig, a Copasa, a Codemig e o BDMG. Por isso, é comum que os secretários disputem esses postos para obterem um benefício indireto.

Secretários que são deputados federais ou estaduais assumem o cargo no Executivo, mas mantêm os proventos do Legislativo,

significativamente maiores do que o valor pago a secretários de estado.

Um descontentamento se fez sentir no PMDB. Marcado pelas diferenças internas e pelas disputas de poder, esse partido já se tornou conhecido pela permanente inquietação na busca por cargos. No plano federal, detém a presidência da Câmara e do Senado. Havia recebido cinco ministérios no Governo Dilma Rousseff (PT) e se mobilizou incisivamente nos últimos meses de modo a conseguir um sexto. Ainda assim, é um partido que se comporta reiteradamente como se fosse oposição mesmo tendo a Vice-presidência da República.

Embora aqui em Minas as relações estejam mais pacíficas, já se ouvem reclamações contra o “centralismo” que dizem ser praticado por Antônio Andrade, vice-governador e presidente estadual da legenda. As lamentações provêm sobretudo da bancada federal e dizem respeito também ao modo como os cargos no governo foram divididos. A disputa ainda não terminou. O foco agora são os cargos de segundo e de terceiro escalões.

De fato, entre as nomeações mais polêmicas até o momento destacam-se aquelas fei-

tas por Antônio Andrade (PMDB). Segundo informações veiculadas na imprensa local, ele teria indicado seu filho como presidente da Gasmig e o advogado de seu partido será um dos diretores dessa empresa. DEM e PSDB acionaram o Ministério Público contra essa nomeação de parentes. Além do filho de Antônio Andrade, também o indicado como diretor de gestão empresarial da Cemig é pai do secretário geral da governadoria.

Apesar dessa prática de nepotismo, dentro do PMDB foi a indicação do advogado a que gerou maior polêmica, pois a bancada federal do partido tinha um outro nome para essa vaga de diretor da Gasmig. Contudo, prevaleceu a vontade do vice-governador.

No xadrez político da formação do novo governo, chamou a atenção o caso do PSD, cujo presidente nacional é Gilberto Kassab, atual ministro das cidades do governo de Dilma Rousseff (PT). Como, em Minas Gerais, o presidente desse partido era aliado de Aécio Neves, acabou sendo substituído por um outro menos refratário à aliança com os novos detentores do poder no estado.

A transição no poder legislativo

Formação dos blocos

As negociações com os deputados eleitos e reeleitos se intensificaram no mês de janeiro, embora a posse deles só tenha se efetivado em 1º de fevereiro. Na verdade, grandes decisões já chegaram a essa data encaminhadas e combinadas com os partidos e com os próprios mandatários.

Uma das questões mais importantes dizia respeito à eleição da mesa diretora e a eleição do presidente. Por um acordo firmado entre os dois maiores partidos da casa, am-

bos da base aliada do governo, PMDB e PT devem se alternar na Presidência do Legislativo, cumprindo um mandato de dois anos. Adalclever Lopes (PMDB) presidirá os trabalhos em 2015 e 2016. Nos dois anos restantes do mandato, segundo o referido acordo, deve seguir-se um presidente indicado pelo Partido dos Trabalhadores. A distribuição dos demais cargos da mesa diretora também foi definida por consenso entre os partidos.

Outro fenômeno significativo ocorrido neste período foi a formação dos blocos de parlamentares. Foram 77 os deputados empossados, filiados a 22 partidos diferentes. Essa pulverização do poder dentro da Assembleia Legislativa de Minas Gerais é inédita. Oito desses partidos elegeram apenas um ou dois deputados. De acordo com o regimento, para que se forme uma bancada e, com isso, passe a ter vários direitos e recursos disponíveis, o partido deve ter eleito pelo menos cinco deputados. Portanto, apenas três partidos cumpriam esse requisito: PT, PMDB e PSDB. Os dois primeiros elegeram dez deputados cada um. Já o PSDB, nove deputados. Portanto, dos 22 partidos representados, 19 não conseguiram número suficiente de parlamentares de modo a terem o direito de constituir isoladamente uma bancada.

A implicação imediata desse limite é que tais deputados isolados não poderiam participar das comissões e nem das demais estruturas de poder que existem na Assembleia, como a mesa diretora, por exemplo. A saída foi a formação de blocos que, de acordo com o regimento, devem ter pelo menos 16 deputados para garantir tal direito a participação. A intenção inicial era que se formassem apenas dois blocos: a base governista e a oposição. No final, formaram-se três.

Pelo menos do ponto de vista governamental, um dos objetivos dessas coalizões tinha sido incluir a maioria dos deputados na

base governista, deixando a oposição com o menor número possível. Esta última acabou ficando reduzida a 22 deputados, de cinco partidos diferentes (PSDB, DEM, PP, PDT e PTB). O plano de se formar uma base aliada com 55 parlamentares teve êxito parcial. O governo não conseguiu evitar a formação do terceiro bloco, dito independente, que conta 23 deputados de dez partidos (PV, PSD, PPS, PSB, PTN, PSC, PEN, PHS, PMN e PTC). A base governista ficou, então, com 32 parlamentares de sete partidos: PT, PMDB, PC do B, PR, PRB, PROS e PT do B.

Desse modo, o governo conquistou uma ampla maioria, mas o número de deputados que a compõem é instável. Afinal, os independentes podem votar a favor ou contra as propostas do Executivo, ao sabor de influências nem sempre controláveis pelo governo. Além disso, permanece sempre incógnito o comportamento do PMDB que, como já dito acima, mesmo tendo vencido as eleições junto com o PT, costuma se comportar como se fosse oposição, apresentando reivindicações motivadas pelo desejo de mais espaço ou de maior força política de suas lideranças.

Já na tentativa de formação dos novos blocos, o Governo Pimentel experimentou a dificuldade de se negociar com um Legislativo tão fragmentado como esse. Como a conversa teve de acontecer com cada partido, tratou-se de uma engenharia bastante complexa.

Nem governistas, nem oposição

A maioria dos deputados que compõem o bloco independente era aliada ao governo do PSDB. Vários deles atuaram em secretarias e estiveram na liderança de comissões parlamentares na Assembleia até 31 de janeiro. Portanto, muitas negociações foram necessárias para trazê-los, senão para a base aliada, pelo menos para um campo onde se possam formar acordos mais pontuais.

Oficialmente, o nome do grupo é “Compromisso com Minas”. A ideia de independência que supostamente norteia o terceiro grupo mais parece, na prática, uma disponibilidade para fazer, em cada votação, os acordos mais condizentes com interesses pouco claros. Como disse, nestes dias, um deputado em uma entrevista divulgada na TV Assembleia, “o carro da política não tem retrovisor”. Ao que parece, ele entendia, ao fazer tal

afirmação, que não importa a posição do parlamentar no governo anterior. Governo novo, posições novas.

Há analistas que preferem designar esse grupo como “quase-governista”, ao invés da denominação que esses deputados atribuem a si mesmos chamando-se “independentes”. No discurso oficial, esses partidos e seus deputados dizem que pretendem ter independência tanto em relação ao governo como em relação à oposição. O nome dado ao bloco é bastante significativo: o compromisso deles – como vários declararam – seria com o bem do Estado e os interesses da população. Tal título parece ter nascido da necessidade que tais deputados tiveram de explicar à opinião pública essa decisão que poderia parecer contraditória à prática que tiveram nos últimos doze anos. Questionados por terem estado alinhados ao PSDB e, agora, se aproximarem do principal oponente do governo anterior, diziam ter compromisso com o estado e não com o partido do governador.

Contudo, afora a necessidade comum e imediata de garantir a relevância política de mandatos avulsos, na maioria dos casos apenas os interesses pragmáticos justificam a proximidade de certos partidos. É verdade que há o desejo partilhado entre alguns de se colocarem como situação ou como oposição. Esses, pelo menos em princípio, estão ou no bloco da situação ou da oposição. No caso do terceiro bloco, porém, essa intenção parece bastante diáfana. Não se veem sinais que permitam supor uma identidade programáti-

ca ou qualquer proximidade ideológica entre os deputados que o compõem.

Na prática parlamentar, estar na oposição implicaria ficar privado dos favores que o governo pode oferecer a sua base. Costumam ser mandatos auto-referenciados na medida em que tudo fazem para garantir que sejam reconduzidos ao cargo na próxima eleição e para que se perpetuem no poder. Como na atual forma de se fazer política no país, os parlamentares costumam manter uma relação de clientelismo com suas bases, eles se tornam dependentes do Executivo para sobreviverem política e eleitoralmente. Por isso, não importa quem está no poder, mas sim a possibilidade de tirar proveito da proximidade do poder para realizar seus projetos pessoais de carreira política.

O nível de fidelidade a um ou outro lado pode oscilar muito. Deve depender também do modo como o Governo vai conduzir a relação com a oposição, pois críticas mais agudas à gestão precedente podem gerar melindres naqueles que, até dois meses atrás partilhavam do poder. Não se pode desprezar nem mesmo a possibilidade de que a consistência de grupo comece a desvanecer ao longo da legislatura e esses deputados comecem a votar de forma dispersa.

Não obstante, ao que parece, importantes lideranças governistas têm se comportado em relação a esse bloco como se eles fossem aliados confiáveis. Tanto é que relevantes comissões parlamentares permanentes foram entregues a deputados que compõem o bloco independente.

A partilha do poder nas comissões temáticas do Legislativo

Apesar das incoerências que caracterizam a formação do bloco dito independente, ele deve desempenhar um papel determinante durante esta legislatura. Somados aos governistas, garantiriam folgada maioria; penden-

do para os oposicionistas, conseguiriam criar sérios impedimentos ao Governo Pimentel.

Sem a cooperação desse grupo, a oposição ficará reduzida a uma condição minoritária, isolada com os 22 votos com que lhe é possí-

vel contar. Pode obstruir votações, exercer pressão arregimentando aqueles movimentos sociais ligadas aos seus projetos ideológicos e contar com parcela significativa da imprensa. Não são muitos mais os mecanismos de que pode dispor para pressionar o governo estadual. Seu principal trunfo, contudo, consiste na possibilidade de atrair de volta seus antigos aliados (que agora compõem o bloco independente).

Para criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) são necessárias 26 assinaturas no requerimento. A oposição teria de contar com dissidências, mais prováveis no bloco independente do que na situação. Já se veem sinais de que isso não será difícil de ocorrer. Não parece desprovido de sentido desconfiar de que esses partidos tenham mais proximidade de interesses – e, talvez, também ideológicos – com a atual oposição do que com a atual situação.

Efetivamente, nas comissões temáticas da Assembleia o papel da oposição tende a ficar mais limitado. Nas três mais importantes (Constituição e Justiça; Administração Pública; e Fiscalização Financeira e Orçamentária), avaliam-se projetos do Executivo antes de serem votados em plenário. Além delas, também a comissão de Redação, na qual se analisa o texto final das proposições que estão tramitando, é importante para que não haja atrasos nos projetos de interesse do Poder Executivo. Em razão disso, tradicionalmente elas são presididas por governistas.

De acordo com as regras, o bloco maior escolhe as três primeiras comissões das quais

deseja fazer parte. Depois os independentes fazem sua escolha e por fim a minoria, observando-se, como já dito, o número de deputados que compõem os blocos. Das 21 comissões temáticas existentes, nove serão controladas pela base aliada; seis ficaram sob o controle dos independentes; outras seis, de menor influência, ficaram com a oposição.

A divisão das comissões é regimental. Todos os deputados devem participar de comissões e não pode haver partido que não integre alguma delas. O critério para divisão do espaço político nas comissões é o tamanho dos blocos. Quanto mais deputados um bloco possui, maior o número de comissões a que tem o direito de presidir. A proporcionalidade dos blocos é observada também na distribuição das vagas dentro de cada comissão.

Dentro desse jogo, chama a atenção o caso do PSDB que, depois de ser o detentor do poder no estado por mais de uma década, agora ficou reduzido à presidência de apenas uma comissão periférica em termos de poder – a Comissão de Turismo, Comércio, Indústria e Cooperativismo –, não obstante tenha a terceira bancada da casa, com nove deputados. Deputados da oposição têm afirmado, porém, que essa limitação é uma contingência facilmente superada porque parte dos parlamentares aderiu ao bloco “Compromisso com Minas Gerais”, mas de forma incômoda. Além do mais, a própria constituição desse bloco já representaria uma derrota para o governo petista, que não foi capaz de atrair esses partidos para o campo de alianças formado na campanha eleitoral.

A votação da reforma administrativa

No início do mês de março, a Assembleia Legislativa foi sacudida pela reforma administrativa, já em debate no plenário. Apesar de polêmica, a discussão da proposta de reestruturação do estado no âmbito do parlamento constitui uma novidade importante,

se se considera que, nos últimos governos, essa adequação foi feita por meio de lei delegada, que é um dispositivo jurídico pouco democrático, pelo qual os deputados abrem mão de fiscalizar o Executivo e dão a ele uma

espécie de carta branca para adaptar a máquina estatal a seus propósitos políticos.

Das mudanças que estão sendo propostas, uma novidade é a criação da Secretaria de Direitos Humanos. Outras são apenas desmembramentos, ainda que possam cumprir um papel central na estratégia política do governo. É o caso da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, desmembrada da Secretaria da Agricultura. Essa mudança é uma resposta do governo a reivindicações dos movimentos sociais. Ainda de acordo com a proposta, a Ouvidoria Geral seria extinta e passaria a compor a Secretaria de Direitos Humanos.

Em relação à estrutura do governo anterior, após remanejamentos, fechamento e criação de secretarias, mantêm-se os números. Apesar de a nova estrutura ser um pouco mais cara que a antiga, o governo atual promete compensar o maior custo reduzindo o número de cargos de confiança de modo a anular a diferença.

A criação da Secretaria de Direitos Humanos é considerada estratégica pelos governistas. Ela sinalizaria, segundo eles, o compromisso do governo com as chamadas “minorias” que, em alguns casos, no entanto, constituem estatisticamente a maioria da população, como os negros e as mulheres. Além das relações de gênero e da política da igualdade racial, também deficientes, idosos e o enfrentamento da violência contra os homossexuais e a política LGBT são foco dessa secretaria. Além disso, o governo confia a ela boa parte de sua estratégia de descentralização e participação popular.

A mesa diretora da Assembleia tentou submeter o projeto da reforma administrativa do estado à votação, que acabou sendo adiada para a semana seguinte a pedido da oposição que desejava mais tempo para analisar a proposta. O bloco de oposição não estava de acordo com o fato de que a Ouvidoria Geral do Estado perdesse o *status* de secretaria. A proposta inicial do governo havia sido a extinção da Ouvidoria, por enten-

der, como disseram, que seu papel seria cumprido pela Secretaria de Direitos Humanos, na medida em que esta deve promover a interlocução com a sociedade. Na proposta reformulada, a Ouvidoria se tornaria subordinada a essa secretaria. Contudo, houve acordo entre governistas e oposição quanto ao adiamento da votação.

Embora o ambiente ainda seja de muita disputa, tem-se caminhado para um consenso tanto sobre a votação da reforma administrativa como a do orçamento. Para alcançar tal convergência, muitas concessões têm sido feitas no caminho. Nos próximos dias, os deputados devem dar soluções discutíveis para temas polêmicos que ocupam a pauta da Assembleia. Um deles é o orçamento impositivo (discutido abaixo), ou seja, a execução obrigatória pelo governo das emendas parlamentares ao orçamento. Estranhamente, também os deputados novatos que, em princípio não teriam tal direito, puderam incluir suas emendas, além daquelas já feitas pelos veteranos no ano passado.

Outro problema é o impasse ocasionado pela chamada Lei 100 que, durante o governo do PSDB, efetivou quase cem mil trabalhadores da educação sem concurso público. Tal medida foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e – em princípio – tais trabalhadores se encontram ameaçados de demissão já nos próximos meses. A intenção inicial do governo era resolver essa questão no âmbito da reforma administrativa, mas acabou cedendo aos protestos da oposição e retirando do pacote esse tema.

Os governistas dizem que essa transigência após um período de polarização em que as armas da campanha eleitoral não haviam ainda sido depostas se deve ao fato de que eles não pretendem impor seus projetos por meio da força da maioria. Reuniões contemporizadoras têm sido feitas com os líderes dos blocos da oposição, dos independentes e da minoria. Na prática, essa mudança de atitude se deve ao desejo e à necessidade do

governo de que a reforma administrativa e o orçamento sejam aprovados com a máxima urgência. Só com a conclusão dessa etapa é que se poderá dizer que o Governo Pimentel começou de fato.

Esgotadas todas as negociações, a proposta de reforma administrativa segue agora

A votação do orçamento

O mesmo espírito de conciliação atinge a votação do orçamento do estado para 2015. Com vistas a facilitar a negociação, o governo desistiu de enviar um substitutivo ou até mesmo uma emenda. A proposta atual ficou reduzida a uma tentativa de adequar às condições econômicas por que passa o país aquele orçamento feito na gestão anterior. O projeto deve voltar para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde será revisado tendo em vista os cortes e as prioridades do novo governo.

Do ponto de vista da oposição seria inconstitucional a apresentação de um novo orçamento, já que a proposta que estava para ser votada cumpriu todos os prazos e requisitos legais. A única brecha legal seria que, ao invés de enviar um substitutivo, os governistas tivessem construído um acordo entre os líderes da maioria e da minoria e com os líderes dos três blocos (governo, oposição e independentes). Todos teriam que aceitar a reabertura de um novo prazo. Os deputados que não compuseram a legislatura anterior e que, portanto, não participaram da discussão da proposta discutida no ano passado, teriam agora possibilidade de apresentar emendas. Outros ajustes seriam feitos após o orçamento aprovado, dado que há possibilidades de gestão que permitem executá-lo de forma flexível.

Ao que parece, foi esse o encaminhamento que prevaleceu. Com anuência das diver-

para a votação e deve ser o primeiro teste pelo qual se poderá saber como, de fato, haverá de se comportar os deputados do bloco independente. Mesmo com todos os acordos feitos, esperam-se muitos discursos e embates que devem preceder a votação.

sas lideranças de bloco, o orçamento foi reaberto pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Feitas as revisões – a maioria delas propostas pelo próprio governo – e as inclusões de emendas, deve ser submetido a votação. A expectativa é que o resultado de todo esse processo será um orçamento R\$ 6 bilhões menor do que a peça orçamentária enviada pelo governo precedente.

Durante os últimos meses, houve controvérsias sem fim tanto do ponto de vista legislativo como técnico sobre as formas como o governo poderia pedir a substituição ou propor emendas ao orçamento. Como nunca ocorreu isso antes no estado, não há segurança jurídica para se afirmar qual seriam as consequências de o governo apresentar um orçamento substitutivo. Alguns especialistas dizem que uma eventual mudança só poderia acontecer caso o orçamento fosse votado e reprovado pelos deputados. Frente à possibilidade de enfrentar sérias complicações políticas e jurídicas, parece que o governo resolveu contemporar.

A solução para o impasse deve acabar vindo, portanto, da negociação política. Espera-se que o conflito se encerre ainda no mês de março, de modo que o novo governo possa, finalmente, começar a atuar com vistas ao cumprimento de suas promessas de campanha.

Orçamento impositivo

O orçamento impositivo é um tema que deve ganhar a pauta da Assembleia Legislativa. Na verdade, já tramita um projeto com esse teor e ele deve ser discutido mais intensamente, dada a aprovação de uma emenda constitucional sobre essa questão, na Câmara dos Deputados, no mês de fevereiro. Concluídas as negociações sobre a reforma administrativa e sobre o orçamento estadual, esse tema deve emergir.

Cada deputado tem direito a propor emendas individuais prevendo recursos no orçamento estadual para obras que eles considerem prioritárias. Nesse modelo, o deputado aparece como um intermediário do investimento de uma verba que é pública e formada com os impostos pagos por todos os cidadãos. Em geral, o dinheiro é destinado para suas bases eleitorais. No entanto, embora o recurso esteja previsto no orçamento, o Poder Executivo não é obrigado a executá-lo. Isso gera muita insatisfação entre os deputados que assumem compromissos em suas bases e, depois, o investimento do governo não chega.

Segundo deputados que constituem o bloco da minoria, a proposta aprovada no nível federal deve ser reproduzida também aqui em Minas, obrigando o Executivo a repassar as verbas. Eles afirmam que os deputados precisam dessas emendas para justificar a votação que tiveram, atendendo as demandas dos municípios que os elegeram. Justificam a existência das verbas parlamentares dizendo que o recurso sai do caixa do estado para atender a uma demanda da população. O dinheiro atinge sua finalidade, por meio da intermediação do deputado. O governo já faria a obra de qualquer maneira. Concedesse, porém, ao deputado o direito de mediar.

Alguns deputados afirmam que, não sendo obrigatória a concessão das emendas, o parlamentar se torna refém do Poder Executivo,

já que não pode alimentar sua relação com seus eleitores sem a liberação de emendas.

Nem todos são favoráveis sequer à existência das emendas parlamentares. Questiona-se por que, afinal, um deputado deve ocupar-se da destinação de recursos. Essa deveria ser, segundo tal ponto de vista, uma atribuição exclusiva do Executivo. As emendas orçamentárias seriam, então, uma perversão do papel do parlamentar que existe para propor leis e fiscalizar o governo.

Alguns críticos são ainda mais ácidos ao afirmarem que as emendas parlamentares seriam uma forma de o deputado usar legalmente o dinheiro público para fazer sua campanha. Não há gratuidade alguma por parte do deputado que destina dinheiro a uma instituição ou a uma obra que – pelo intermédio dele – passa a ser priorizada pelo governo em detrimento de outras, por vezes até mais urgentes e necessárias. Na verdade, existe a expectativa de que cada centavo investido se converta posteriormente em apoio político que se transforma em votos.

Se seguir o exemplo do que ocorreu na Câmara, onde a proposta de emenda à Constituição que cria o orçamento impositivo foi aprovada por esmagadora maioria, as emendas parlamentares passarão a ser de execução obrigatória e poderão comprometer até 1,2% da receita obtida pelo governo com os tributos no ano anterior, chamada de receita corrente líquida.

Desde a legislatura anterior, já tramita a PEC 63 que estabelece que, partindo de 0,45% no ano em que entrar em vigor a mudança constitucional, gradativamente chegaria ao seu percentual definitivo de 1,2% do orçamento, em 2021. A proposta prevê também que esse dinheiro deva ser destinado às áreas de saúde e de educação.

Permanece, no entanto, a discussão sobre a legitimidade de que deputados destinem verbas a esses setores, quando seu papel

deveria ser o de fiscalizar e de exigir que o Poder Executivo desenvolva as políticas de saúde e de educação de maneira consistente e coerente.

Conselhos populares e participação política do cidadão

Um dos principais motes de Fernando Pimentel durante o período eleitoral foi a maior participação do cidadão nas decisões do estado. Falou-se em ouvir o povo. Para cumprir esse compromisso, o governo entende que é preciso criar instâncias para escutar a população e propõe os conselhos populares.

Tramita na Assembleia um projeto de lei que pretende instituir a política estadual de participação social, definindo para quais assuntos a população será ouvida, como educação, saúde, moradia, combate ao racismo, juventude, política para as mulheres. Ao mesmo tempo, tal projeto cria o sistema de participação, prevendo conselhos de políticas públicas, comissões, conferências estaduais, ouvidoria pública, mesa de diálogo em especial com servidores públicos, fórum interconselhos, consultas públicas, orçamento participativo, ambiente virtual de participação social.

Deputados da oposição criticaram a proposta de ampliar a participação popular e a possibilidade desses conselhos serem deliberativos, porque, do ponto de vista da oposição, estariam sendo tiradas prerrogativas exclusivas do parlamento. Essa reação é semelhante àquela que se verificou na Câmara dos Deputados em outubro de 2014, diante do decreto 8243/2014, da Presidente Dilma Rousseff (PT), pelo qual se regulamentava a participação social no plano nacional. No discurso do governo, tal decreto teria a função de “consolidar a participação social como método de governo” – algo já previsto na Constituição da República. Por esse instrumento legal, órgãos governamentais e servi-

Se seguir o encaminhamento do Congresso Nacional, apenas cinquenta por cento do valor terá de se destinar a esses setores, o que deixaria à discricionariedade do deputado o destino do restante do recurso.

ços públicos estariam obrigados a promover consultas populares. O projeto foi rejeitado na Câmara Federal.

Sob a ótica da oposição, iniciativas como essa fazem parte de um projeto “golpista”, “bolchevique” e “bolivariano” para o Brasil, numa referência à forma de governo que tem movimentado a sociedade venezuelana nos mandatos do ex-presidente Hugo Chávez e de seu sucessor. A julgar pelo que foi dito por alguns deputados, a oposição teme que o atual governo venha a controlar ou manipular tais conselhos de modo a perpetuar-se no poder.

Na verdade, o decreto não cria os conselhos. Alguns deles são muito antigos e remontam à década de 1930, como é o caso do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 1931, e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 1937. Já existem conselhos para temas variados: trabalho, segurança alimentar, segurança pública, direitos dos idosos, previdência, igualdade racial, política indigenista entre outros. Alguns deles têm caráter normativo, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Outros – como o Conselho de Desenvolvimento Econômico, composto por empresários de diversos setores – são apenas consultivos.

Na forma como esses conselhos têm funcionado ao longo de tantas décadas, nem o governo os controla e tampouco é controlado por eles. De acordo com o referido decreto, derrotado na votação da Câmara, as instâncias de participação social deveriam ser ouvidas no momento em que são formuladas as políticas públicas. Ministérios e órgãos da

administração devem considerá-las ao monitorar e avaliar o êxito de suas ações. Desse ponto de vista, a proposta do governo sequer representaria novidade, mas apenas uma regulamentação no que já é praticado em vários setores.

A julgar pela experiência das últimas décadas, os conselhos não diminuem em nada o papel do parlamento. O temor apresentado pelos deputados de que haja um conflito entre suas atribuições e o papel dos conselhos reflete uma situação ainda mais estrutural no Brasil. Embora as manifestações ocorridas em meados de 2013 tenham apontado para a

necessidade de se criarem formas de participação direta da população, os políticos eleitos não dão sinais de que estão dispostos a se adequar à reforma política necessária para isso.

Esse tema deve tomar a Assembleia em breve, pautado, de um lado, pelo temor da oposição de que a participação popular seja uma forma de manipulação político-eleitoral. De outro, pela pouca clareza que ainda há no país sobre as relações possíveis entre a democracia representativa e a democracia participativa.

Atingidos pela Lei 100: o impasse continua

Outro assunto que deve ocupar os deputados em breve é a solução para o problema que afeta milhares de trabalhadores no setor da educação. Em várias edições, *Contextus* vem acompanhando o andamento dessa situação que se arrasta desde 2007, quando o então governador Aécio Neves efetivou quase cem mil servidores estaduais, sem concurso público, por meio da Lei 100. Conforme já dito, essa lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2014. Em razão disso, esses servidores devem ser dispensados até abril de 2015, a menos que, nesse ínterim, sejam ou tenham sido aprovados em concurso público. A demissão deveria ocorrer imediatamente após o julgamento dos embargos apresentados pelo Estado de Minas Gerais. Se tudo corresse como planejado, aconteceriam, portanto, no mês de abril.

No ano passado, deputados ligados ao governo anterior haviam apresentado uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 69/2014, que pretendia autorizar a efetivação dos servidores sem concurso público. Partidos da oposição (os quais hoje se encontram no comando do Executivo) se mostra-

ram contrários por entenderem que isso seria apenas uma reedição da Lei 100, já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tais partidos defendiam, então, a convocação imediata de concurso público para resolver a situação.

Nesta nova legislatura, a referida proposta de emenda constitucional foi reapresentada por um deputado do PSDB. Agora ela é identificada como PEC 3/2015 e está sendo analisada por uma comissão especial na Assembleia Legislativa.

Estava previsto para o início de março o julgamento dos embargos declaratórios apresentados pelo Estado de Minas Gerais, relativos ao julgamento da Lei 100. No entanto, o STF o retirou da pauta sem indicar a nova data. Embora não esteja claro se há relação entre os fatos, sabe-se que o governador Fernando Pimentel vem tentando postergar para o final do ano as demissões, caso sejam mesmo inevitáveis. O argumento do Estado é que o prazo concedido pelo Supremo e que se esgota em abril teria sido insuficiente para se fazerem as adequações, já que o período coincidiu com a troca de governos. Também justifica a petição dizendo que a troca de

professores depois do semestre letivo estar em andamento traria prejuízos do ponto de vista pedagógico aos alunos da rede pública de ensino.

As informações sobre o número real de atingidos continuam sendo desconstruídas. Quase sempre aparecem de forma aproximativa. Consta que dos 98 mil trabalhadores nomeados sem concurso, 24 mil já teriam se aposentado ou estariam em processo de aposentadoria. Dos restantes, cerca de 20% estariam em licença por motivos de saúde e não podem ser demitidos enquanto estiverem afastados do trabalho. Além disso, haveria algo em torno de 30 mil professores que passariam a trabalhar como designados e 15 mil servidores passariam a ser contratados pelo regime geral do INSS, quando a sentença transitasse em julgado. Até o final do ano, então, o estado realizaria concurso público. Uma comissão composta por representantes do estado e dos servidores continuaria até lá tratando de encontrar uma solução para o impasse.

Ainda em janeiro, a Secretaria de Educação publicou uma resolução, mantendo o

Auxílio-moradia para deputados

Em contraste com as longas idas e vindas a que os projetos que tramitam na Assembleia Legislativa costumam estar submetidos, um dos primeiros atos do novo parlamento mineiro foi a rápida votação pela qual se expandiu o auxílio-moradia para os deputados que residem na Região Metropolitana da Capital. Trata-se de um benefício hoje fixado em R\$ 2.850 pago a mais, como ressarcimento de despesa. Há notícias de tal benefício será reajustado em breve para R\$ 4.300.

O argumento empregado para justificar foi o alegado princípio da isonomia, segundo o qual todos os deputados devem receber os mesmos benefícios. Outra justificativa foi a decisão do Conselho Nacional de Justiça que

vínculo dos não concursados e admitindo por meio de contratos temporários e precários parte das pessoas já aprovadas em concurso, mas que até agora não foram nomeadas. Trata-se de um concurso homologado em 2012 e prorrogado até 2016, mas que, até agora, não atingiu seu efeito, pois os aprovados ainda não foram convocados.

Se, por um lado, tal medida adia a demissão dos efetivados sem concurso, também deixa insatisfeitos aqueles já concursados. Afinal, os efetivados pela Lei 100 continuam trabalhando, ao passo que os concursados têm de se submeter à designação, quando conseguem aulas às quais podem se candidatar.

Nas negociações que o governo vem realizando com o sindicato da categoria, decidiu-se fazer um cadastro que permita dimensionar o número de servidores que estão sob risco de demissão. Um outro cadastro deve permitir saber também o número de concursados que aguardam a vaga a que tem direito.

autorizou o pagamento desse benefício a magistrados. Também o Ministério Público tomou a mesma medida. Portanto, juízes e promotores também recebem auxílio-moradia.

Houve algumas reações indignadas na mídia. Lamentou-se sobretudo o mal exemplo dado pelos deputados que deram mostras de ignorarem a diferença entre o legal e o legítimo. O fato de que magistrados, promotores, procuradores e conselheiros do Tribunal de Contas tenham sido autorizados a receber o benefício não deveria constituir, por si só, motivo para que os deputados adotassem a mesma medida que pode ser legal, mas é

imoral. Assim dizia um artigo publicado na imprensa da Capital.

Também o bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas, Dom Joaquim Mol publicou um artigo na imprensa local em que considera a aprovação do auxílio-moradia para os deputados como uma “afronta ao povo”:

“Os recém-empossados deputados estaduais mineiros não hesitaram em dar mostras de que esta nova legislatura não romperá com vícios, acordos e arranjos quando o assunto em pauta é de interesse dos próprios parlamentares.”

Em seu artigo, Dom Mol conclui que apenas a participação dos cidadãos em prol da reforma política é que pode produzir alguma mudança nessa estrutura viciada da política brasileira. O artigo pode ser lido na íntegra no blog do Nesp.

Pagar o auxílio a quem não precisa dele, uma vez que já mora na Capital ou nas adjacências, tem sido tratado por alguns críticos da medida não como direito, mas como uma regalia sustentada com o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos. Movimentos sociais de luta pela moradia, por exemplo, questionam a falta de recursos para resolver o déficit habitacional, ao mesmo tempo em que deputados podem receber mensalmente tal auxílio.

Seja como for, o aumento de gasto do dinheiro público contrasta também com o momento de ajuste das contas e de dificuldades na economia nacional e de aperto fis-

cal em Minas Gerais. Enquanto o governo alega não ter dinheiro para pagar o piso nacional para professores e diz não ter condições de reajustar os salários dos servidores, não parece haver justificativa para reafirmar privilégios.

Além disso, a Assembleia aumentou seus gastos, já que vai pagar o salário de 81 deputados, ao invés dos 77 com que a casa conta. Isso se dá porque os deputados que se licenciaram para assumir secretarias no governo seguem recebendo salários de deputado, hoje fixados em R\$ 25,3 mil. Recebem também a verba de R\$ 20 mil, que deveria ser destinada ao custeio do gabinete (viagens, funcionários, escritórios no interior, comunicação etc.). Acrescente-se a isso, agora, o auxílio-moradia. Como os licenciados são substituídos por seus suplentes, todos esses valores somados devem ser multiplicados pelos 81 parlamentares.

Outra discussão que tem sido feita é que o auxílio-moradia passa a ser incorporado ao salário para fins de cálculo da aposentadoria. Depois de sete mandatos ou 28 anos de trabalho, o deputado se aposenta. O cálculo será feito sobre sua remuneração mais alta, isto é, os R\$ 25,3 mil e mais o auxílio-moradia.

Um terço dos deputados renunciou ao benefício. Dentre os 25 parlamentares que apresentaram ofício no qual comunicam sua renúncia ao privilégio encontram-se até alguns que votaram a favor dele.

Verba de gabinete é escondida da população sob novas roupagens

Nesse mesmo período, circulou na mídia a notícia de que na Câmara dos vereadores de Belo Horizonte está tramitando um projeto que extingue a verba indenizatória. Trata-se de um valor de R\$ 15 mil pagos a cada vereador para custear seu gabinete. Contudo, não

é propriamente uma extinção do benefício que está sendo proposta. Ao invés do pagamento individualizado a cada vereador, seriam feitas licitações para compra dos combustíveis, materiais de escritório e outros produtos atualmente custeados pela verba.

A medida – que foi aprovada em segundo turno no mês de março – tem sido divulgada nas manchetes dos jornais como fim da referida verba. Apenas nas entrelinhas dos noticiários é que se pode perceber que não é disso exatamente que se trata. Apenas uma mudança na forma como o dinheiro vai ser gasto.

Em seus discursos, alguns vereadores insinuam que, em razão dessa proposta de modificação, eles estariam tomando uma medida mais correta em comparação com os deputados que, na Assembleia, aumentaram indiretamente seus salários por meio do auxílio moradia. Consideram-se melhores também do que os deputados federais que, nos últimos dias, chegaram a aprovar privilégios para si mesmos, como o pagamento de passagens aéreas para os cônjuges dos parlamentares. Essa última medida acabou sendo revogada pelo presidente da Câmara dos Deputados após a repercussão negativa.

Outros têm afirmado que, com tal medida, a Câmara Municipal de Belo Horizonte “faz história” ou ainda que essa Casa estaria dando um “exemplo para o país”.

Os críticos dessa medida afirmam que, essencialmente, porém, nada ou muito pouco mudou. Sob a ótica deles, o cidadão continua sustentando, por meio de seus impostos, uma série de despesas que, supostamente, o vereador teria no desempenho de suas funções. Questionam que, como falta transparência, não se sabe ao certo se, com a verba de gabinete, o cidadão está pagando legitimamente pelos custos do trabalho ou se esse dinheiro apenas sustenta privilégios.

Seguindo essa lógica, há quem afirme que a proposta de mudança não resolve nenhum desses problemas. Ao contrário, dizem que não há nenhuma informação que garanta que o novo modelo implicará uma economia real ou se gerará, no final, até mesmo um aumento dos valores gastos atualmente.

Por fim, a maneira parcial com que a notícia tem sido veiculada na imprensa e o discurso ufanista dos vereadores poderia ser visto, como uma forma de desviar a atenção da população. Não dando evidência ao que de fato está acontecendo, a Câmara estaria divulgando apenas meias verdades como se elas correspondessem à totalidade dos fatos.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEAS

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves